

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte:

Coleção Brasileira

Class.:

Data:

27.06.89

Pg.:

**Procurador
investiga
demarcações**

A Procuradoria Geral da República instaurou inquérito civil público com a intenção de apurar porque a reserva dos índios Yanomami, em Roraima, teve sua área reduzida de quase 9 milhões de hectares para pouco mais de 2 milhões, através de portaria baixada por um grupo interministerial pouco antes da promulgação da Constituição.

A portaria foi assinada no dia 13 de setembro de 1988, e reconhece no item 1 a posse dos Yanomami sobre uma área de 8.216.925 hectares. No item 2, esclarece que 19 áreas isoladas com apenas 2.314.925 hectares devem ser ocupados pelos índios. O restante foi caracterizado como Parque Nacional, administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

O subprocurador da República Carlos Victor Muzzi, chefe da Coordenadoria de Defesa dos Interesses Indígenas, disse que há uma discrepância nos termos da portaria e vai requisitar informações dos integrantes do grupo interministerial, formado pelos ministérios do Interior, Agricultura, do extinto Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e pelo Conselho de Segurança Nacional.

Victor Muzzi designou os procuradores Deborah Duprat de Brito Pereira e Eugênio José Guilherme de Aragão para acompanharem o inquérito. Muzzi informou que os procuradores poderão pedir depoimentos do atual governador de Roraima, Romero Jucá, presidente da Funai na época da assinatura da portaria e de outros técnicos integrantes do grupo interministerial. Para o procurador, a portaria fere a Constituição, que especifica que não se pode dar outra destinação às terras indígenas que o seu usufruto.

VENEZUELA

O recente episódio envolvendo garimpeiros brasileiros na fronteira com a Venezuela levou o governo do presidente Carlos Andrés Pérez a se prevenir contra possíveis avanços de aventureiros em terras venezuelanas à procura de ouro: foi criada a Polícia Mineira cuja função, específica, é fiscalizar regiões onde ocorrem explorações de qualquer tipo de metal na linha divisória com o Brasil e reprimir invasões.

A revelação foi feita ontem em Boa Vista pelo governador do estado venezuelano de Bolívar, que faz fronteira com Roraima, Omar Gonzalez Moreno, durante encontro com empresários na Associação Comercial de Roraima. "Nosso governo não vai mais permitir em hipótese alguma a presença de estranhos em território venezuelano, muito menos nas proximidades do rio Orinoco", salientou Moreno.